

MÉDICOS QUEREM MELHOR REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Após a recente vitória da categoria médica no Congresso Nacional, com a aprovação da medida provisória 568/2012, membros da Comissão Nacional Pró-SUS voltaram a se reunir tendo como foco traçar estratégias para recuperar as perdas na remuneração dos médicos.

Reunida no dia 19 de julho, a Comissão abordou temas como as negociações entre o governo e entidades médicas quanto ao pagamento de honorários para profissionais médicos que atuam no Sistema Único de Saúde. *(leia mais sobre a atuação da Comissão na página 3)*

Um dos focos das discussões foi o

retorno da remuneração dos médicos pelo "Código 7", no qual o profissional recebe diretamente do SUS, sem intermediários, a reparação das perdas e novas formas de remuneração.

Em junho deste ano, o tema foi alvo de discussão no V Fórum Nacional de Cooperativismo Médico do CFM. Durante a mesa "cooperativismo de trabalho e o SUS – Pagamento de Honorários Médicos via Cooperativa", representantes de entidades e Ministério da Saúde debateram o assunto.

A antiga forma de pagamento dos honorários médicos a prestadores

autônomos foi defendida pelos participantes do fórum. Sobre o tema, o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, defendeu a desvinculação do honorário da conta hospitalar e a adesão à cooperativas que intermediariam o pagamento.

O tema continuará na pauta de prioridades da Comissão Nacional Pró-SUS e em discussão dentro de cada entidade.

As deliberações sobre os futuros passos rumo ao aperfeiçoamento da remuneração dos profissionais médicos serão trazidos nos próximos boletins.

NO SENADO, MAIS UMA VITÓRIA PARA A CATEGORIA MÉDICA



Após manifestações dos médicos no Congresso Nacional, foram corrigidas graves distorções que atingiam a classe médica.

O encaminhamento dado à medida provisória (MP) 568/2012 demonstrou a força das manifestações dos médicos no Congresso Nacional. O relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que recebeu apoio dos médicos, foi aprovado em 4 de julho na Câmara. Uma semana depois, o Senado Federal também aprovou o texto do senador, que corrigiu a carga horária, os artigos que instituíam remuneração fixa de gratificação por insalubridade e periculosidade e excluiu do texto a chamada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

Foram dois passos importantes favoráveis à categoria médica, após várias mobilizações e engajamento de entidades estaduais e nacionais contra a MP, que altera a remuneração de diversas categorias do serviço público federal, incluindo

médicos. O texto inicial reduzia em 50% a remuneração dos médicos em razão de alterações na carga horária, entre outros prejuízos.

As lideranças médicas continuam acompanhando o trâmite da MP 568 e pretendem avançar nas conquistas em direção ao plano de cargos, carreiras e salários para os médicos e na implantação de uma carreira de Estado.

Após a aprovação no Senado, a Medida Provisória passou a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/2012.

O PLV 14/2012 vai à sanção da presidente Dilma Rousseff, podendo haver algum veto. A expectativa das entidades médicas é que seja mantido o relatório do senador Eduardo Braga, que garante o pleito da categoria.

MPF QUER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA FIXAR MÉDICOS NA AMAZÔNIA

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ofício ao Ministério da Saúde em que recomenda a adoção de medidas para solucionar o problema da insuficiência de médicos na rede pública de saúde dos estados do Amapá, Maranhão, Pará, de Rondônia e do Tocantins. Além disso, o documento pede melhorias nas condições de trabalho dos profissionais do setor.

Enquanto a média nacional é de 1,95 profissionais a cada mil moradores, na Amazônia Legal a taxa chega a 0,97 médico para cada mil habitantes. Estados como o Amapá, Pará e Maranhão não chegam sequer a atingir esse patamar médio da região.

Além disso, na região, apenas 11% da população tem acesso a serviços de planos de saúde, enquanto que em outras regiões, como o sudeste, quase 40% dos habitantes têm planos.

“Logo, 90% da população da região norte, por necessitar do Sistema Único de Saúde, conta, em média, com apenas um quarto dos médicos atuantes na região - que já padece com o número reduzido de profissionais - situação que, certamente, deve ser a realidade dos demais estados pertencentes à Amazônia”, detalha a recomendação do Ministério Público.

O MPF ressalta que tem conhecimento de medidas para melhorar o atendimento como a implantação de unidades de Saúde da Família Fluviais e do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica, mas que tais ações “não estão sendo suficientes para o seu enfrentamento, milhões de pessoas continuam não tendo o acesso a médicos”.

De acordo com a Procuradoria da República no Pará, caso o



Ministério da Saúde não encontre uma solução para o problema, o MPF poderá adotar medidas judiciais.

A Secretaria de Atenção Básica do Ministério da Saúde tem 30 dias para apresentar as respostas solicitadas pelo MPF.

PROVAB: MÉDICOS DEBATEM EFICÁCIA DO PROGRAMA E DEFENDEM CARREIRA DE ESTADO

As entidades médicas voltaram a alertar o governo sobre os riscos envolvidos na implementação do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) e cobraram uma solução permanente de fixação, como uma carreira de Estado. A análise crítica sobre o Programa do Ministério da Saúde foi feita durante o III Fórum Na-

cional de Ensino Médico, ocorrido em Brasília nos dias 5 e 6 de julho.

Durante os debates, foram levantadas questões importantes como a necessidade de que sejam assegurados recursos da União para a manutenção da proposta, que ainda não teve a meta estipulada pelo governo alcançada.

Segundo as entidades médicas nacionais presentes, os pontos frágeis constam: ausência de preceptorial presencial, falta de financiamento consistente, vínculos de trabalho precários, remuneração inadequada e ausência de acesso a informações sobre a implantação do Provab em todo o país.



“Se tivermos uma carreira de estado para o médico, mudaremos esse cenário que só prejudica a população que depende exclusivamente do SUS”

Florentino Cardoso,
presidente da AMB



“Para garantir a fixação do médico em regiões longínquas é necessário a criação de uma carreira de Estado aos moldes da magistratura”

Roberto d'Avila,
presidente do CFM



“Há anos os médicos anseiam por uma carreira nos moldes do judiciário, que possibilite a segurança, remuneração adequada e ascensão”

Geraldo Filho
presidente da Fenam

ENTIDADES TROCAM EXPERIÊNCIAS SOBRE CONDIÇÕES REGIONAIS DE ATENDIMENTO E REMUNERAÇÃO

As condições em que se encontram o Sistema Único de Saúde (SUS) e as lutas que estão sendo travadas pelos médicos ocuparam os debates dos Fóruns Pró-SUS das regiões Sul-Sudeste e Norte-Centro Oeste. Por orientação da Comissão Nacional Pró-SUS, formada pela AMB, CFM e Fenam, reuniões regionalizadas devem ser marcadas para que as particularidades de cada região sejam debatidas e transmitidas ao grupo nacional.

Sul-Sudeste: Realizado em 22 de junho, o encontro reuniu lideranças médicas dos sete estados para debater a falta de plano de cargos e carreira, falta e má administração dos recursos, consequências com a adoção das OSs, fim do Código 7 e defasagem da Tabela SUS.

Durante o evento, participantes relataram que as entidades médicas paulistas estiveram em negociações, desde 2010, com a Secretaria da Saúde de São Paulo para o estabelecimento de um plano de carreira para os médicos do Estado. Foi elaborada uma proposta concreta, que passou por análise do governo. O projeto tramita na Casa Civil e ainda não tem data para ser apresentado pelo governador.

Além das discussões, o Fórum foi marcado também pela apresentação da primeira parte do estudo de demografia médica, realizado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp); e pela exposição do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública (leia mais na próxima página), que pretende aumentar a arrecadação de assinaturas para mais recursos para o SUS.



Norte e Centro-Oeste: No Fórum Pró-SUS das regiões Norte e Centro-Oeste, realizado no dia 06 de junho na cidade de Manaus, foram discutidos temas como a contratualização, Provac, Revalida, novas faculdades e vagas de medicina voltadas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde também foram debatidos.

Durante o evento, também foi debatido o Programa de Interiorização do Médico na Amazônia, o qual envolve várias instituições na busca de solucionar a falta de assistência médica em áreas de maior carência e difícil acesso de atendimento médico.

O projeto abre uma primeira linha de treinamento de médicos para a saúde de família e comunidade e possui características piloto que devem servir de balizamento para colher experiências. O Programa se assemelha ao Provac, mas possui o diferencial da participação das Forças Armadas, no sentido de facilitar o deslocamento e acessibilidade na região.



CONSELHO DEFENDE OBRIGATORIEDADE DO EXAME REVALIDA

O Conselho Federal de Medicina (CFM) está colaborando com investigações da Polícia Federal (PF) baseadas em indícios que apontam que algumas universidades públicas estariam se beneficiando com a revalidação de diplomas de medicina obtidos no exterior. Há relatos de que instituições chegam a cobrar o equivalente a R\$ 4 mil reais pelo processo. A participação do CFM dialoga com sua meta de levar adiante discussões francas sobre as políticas de ensino médico no país.

Para subsidiar as investigações, o Conselho Federal encaminhou à PF informações sobre registros emitidos nos últimos três anos pelos conselhos regionais de medicina a partir de diplomas obtidos em outros países. Os dados serão devidamente analisados pela Polícia Federal, que cuida do caso e tem

obtido total empenho nas entidades médicas no esclarecimento dos fatos.

Obrigatoriedade – As entidades defendem que o Revalida seja transformado em lei, obrigando a adesão das universidades ao processo. Com esta intenção, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 138/2012, do senador Paulo Davim (PV/RN), que transforma o Revalida em lei. A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) do Senado Federal, sob a relatoria do senador Roberto Requião (PMDB/PR).



PROPOSTA FIXA PRAZO NO SUS

A Câmara dos Deputados analisa proposta que estabelece prazo máximo de 30 dias para que as unidades do SUS realizem exames diagnósticos e executem procedimentos necessários à saúde dos pacientes. A medida está prevista no Projeto de Lei 3752/12, do deputado Ronaldo Fonseca (PR/DF).

Pela proposta, caso as unidades do SUS não possam realizar os procedimentos no prazo de 30 dias, o governo ficará responsável por enviar o paciente a um hospital privado.

Segundo Ronaldo Fonseca, a medida deverá diminuir o tempo de espera por atendimento no SUS. “O sistema apresenta deficiências no que se refere ao prazo para execução de vários procedimentos, resultando em vexatória superlotação de serviços de saúde do País”, argumentou.

MOVIMENTO POR MAIS RECURSOS PARA A SAÚDE GANHA FORÇA NOS ESTADOS

Rio de Janeiro, Pernambuco e Roraima aderiram recentemente às mobilizações regionais em prol da campanha Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública (Saúde+10), que busca assinaturas em apoio a um projeto de lei de iniciativa popular. A solicitação é para que o repasse de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira seja efetivo, alterando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O objetivo é alcançar o recolhimento de 1,5 milhão de assinaturas, o que corresponde a 1% do eleitorado nacional. Depois disso, o material será apresentado à Câmara de Deputados, nos termos do artigo 61, parágrafo 2º, da Constituição Federal. O Movimento Nacional

em Defesa da Saúde Pública exige, juntamente com toda sociedade, a correta aplicação dos recursos no Sistema Único de Saúde, para garantir um sistema justo e de qualidade para o brasileiro.

Diversas entidades – dentre elas CFM, AMB e FENAM – participam do movimento nacional que, desde

fevereiro, buscam arrecadar assinaturas em todos os estados brasileiros.

No último dia 19 de julho, assessores de algumas dessas entidades se reuniram no Conselho Nacional de Saúde para discutir estratégias de comunicação que amplifiquem a repercussão da campanha.



REGIONAIS REFORÇAM CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA MEDICINA NOS ESTADOS

Os conselhos regionais de medicina unem esforços para capitalizar em vários estados a Campanha pela valorização da Medicina e da assistência em Saúde, lançada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em junho. O objetivo é sensibilizar a população para a ausência de políticas públicas que afeta o setor de saúde e a falta de recursos para garantir o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em sua plenitude. Para superar esse quadro, os médicos cobram melhorias na rede de assistência e em suas condições de trabalho.

O apelo à sociedade já foi veiculado em canais de TV a cabo e deve agora ser replicado em mídias locais e regionais e veículos institucionais de alguns conselhos, de acordo com a disponibilidade de cada um. A campanha também já aparece em distintas peças, como cartazes, banners de internet, spots de rádio e filmes para a televisão. No vídeo, também disponível no site do Conselho Federal de Medicina (www.portalmedico.org.br), pacientes e médicos mostram estar do mesmo lado na batalha diária por um atendimento de qualidade.



No *hotsite* da campanha (flavors.me/valorizacaodamedicina), é possível conhecer detalhes da iniciativa, assistir ao vídeo, conhecer e baixar as peças, e ouvir o spot de rádio.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Antônio Jordão de Oliveira, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio Balduino Couto Franzen, Edilma de Albuquerque Barbosa, João Ladislau Rosa, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz

**Conselho Federal de Medicina - Tel: (61) 3445-5900 Fax: (61) 3246-0231
e-mail comissoes@portalmedico.org.br**